

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRELIMINAR

APL DE ARTESANATO

CIDADE PÓLO: TABATINGA



NEAPL

**Núcleo Estadual de Arranjos
Produtivos Locais**



MANAUS
SETEMBRO/2009
SUMÁRIO

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	03
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO	05
3. SITUAÇÃO ATUAL	14
3.1. ACESSO A MERCADOS INTERNO E EXTERNO	15
3.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	17
3.3. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO	20
3.4. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	22
3.5. QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	23
3.6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	26
4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	26
5. RESULTADOS ESPERADOS	28
6. INDICADORES DE RESULTADO	30
7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO	32
7.1 AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO, COMUM AOS APL'S DO AMAZONAS.	34
8. AÇÕES PREVISTAS	39
8.1 PRIORITÁRIAS	39
8.2 COMUM AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS	40
9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	41
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	42
11. REFERÊNCIAS	44
12. ANEXOS	45

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano de Desenvolvimento foi elaborado a partir da parceria entre a SEPLAN, SETRAB, SECT, ADS, SUFRAMA, UFAM, UEA, SEBRAE, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, AFEAM, Prefeituras, Associações, entre outras instituições e representações da sociedade civil organizada, que compõem o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais – NEAPL, relacionadas à cadeia produtiva do segmento econômico de Artesanato.

A metodologia de trabalho se pautou em uma abordagem sistêmica de sensibilização e mobilização do protagonismo local, por meio de reuniões, oficinas, seminários, etc, possibilitando o resgate das informações acerca das intervenções realizadas e a realizar, como também o levantamento da situação atual deste segmento que foi informado ao MDIC, quando da solicitação do APL's Adicionados, visando obter os conteúdos para que o governo possa junto com os demais agentes econômicos, promover o seu desenvolvimento sustentável.

Neste processo se buscou a identificação de diversos aspectos, em especial as restrições que representam gargalos ao aumento da competitividade, a partir de uma concepção de pesquisa para conhecer os diferentes fatores intervenientes e conceber processos produtivos exemplares, não se reduzindo apenas a junção de várias áreas do conhecimento, mas, sobretudo, estabelecendo um fluxo de aglutinação desses saberes, definindo-se como norte a busca pela sustentabilidade.

O NEAPL/AM seguiu a proposição do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior - MDIC apresentada durante a Oficina de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a APL's – Região Norte (fev/2007), para que os adicionados para 2008-2010, dentre eles o **APL de Artesanato**, fossem validados junto ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, que somados ao grupo dos priorizados, totalizaria dez APL's no Amazonas.

A participação neste processo do Núcleo de Gestão Compartilhada – NGTC, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT, se constitui em um apoio vital, posto que tem a missão prioritária de apoiar a manutenção e agregar novos recursos financeiros e,

especialmente, gerar informações e conhecimentos que contribuam para a gestão do plano e a transferência, para a economia local, das soluções tecnológicas encontradas.

Os municípios foram selecionados inicialmente levando-se em conta as indicações de potencialidades do Governo do Amazonas, do ranking do MDIC e dos estudos da SUDAM. Estes foram apresentados e validados nas reuniões de APL's, os quais são: **Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo e Tabatinga**. Nestas reuniões, se apresentou o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas – NEAPL/AM, a metodologia de trabalho, necessidade de visitas aos APL's e formação do grupo de parceiros que se lançaram como membros e/ou indicaram outros. As instituições que vieram compor este grupo foram.

Governo Estadual/Municipal: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, Universidade do Estado do Amazonas – UEA; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS; Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS; Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB; Central de Artesanato "Branco e Silva" – CABS; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local – SEMDEL/Prefeitura Municipal de Manaus – PMM, Associação Amazonenses de Municípios - AAM.

Governo Federal: Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET/AM; Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.

Sistema S: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas SEBRAE/AM; Serviço Social da Indústria SESI / Instituto Euvaldo Lodi – IEL, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Instituições financeiras: Banco da Amazônia; Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM; Banco do Brasil – BB; Caixa Econômica Federal – CEF.

Setor empresarial: Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do AM. – FAMPEAM, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB/Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.

Sistema C&T: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI.

Representação dos trabalhadores: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA; Conselho Regional de Economia - CORECON;

A partida para a elaboração do PDP foi dada na I Reunião Geral dos APL's Adicionados (Abril/2007), onde foram encaminhados os seguintes assuntos: validação dos municípios; metodologia; legislação especial; subsídios para insumos; programa de crédito específico; associativismo/cooperativismo; levantamento de mercado; questionário.

Ficou acertado que as organizações deveriam informar as ações realizadas, fornecendo indicativos de ações, estratégias e parcerias institucionais que venham culminar na implementação de atividades, a partir da alocação de recursos, com o fim de promover a redução das desigualdades inter-regionais e a inclusão social, gerando ocupação produtiva e melhor nível de renda. Em maio de 2008, realizou-se a II Reunião Geral dos APL's, em que se definiram os municípios e a agenda de visitas aos APL's. Após esta definição, foram realizadas as visitas aos APL's nas seguintes datas/municípios:

DATA	MUNICÍPIO
07/04	Manacapuru
10/04	Presidente Figueiredo
26/05	Tabatinga
15 à 16/07	Parintins
14/08	Maués

Em resposta ao solicitado pelo NEAPL na Reunião do Fórum de Artesanato (junho/2008), as instituições parceiras enviaram as informações disponíveis, que foram incluídas na versão 1.0, posteriormente remetida para as devidas correções e consolidação das informações. Após consolidada, a presente versão final foi encaminhada ao GTP APL, contendo um elenco de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do APL de Artesanato no Estado do Amazonas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO

A missão de organizar a comunidade através da educação e conscientização pública capacitando-a a construir uma sociedade sustentável é imensa. E somente será possível se

houver um esforço integrado de muitas agências, instituições e de inúmeros indivíduos. É preciso mapear questões de biodiversidade relevante em cada realidade local e estruturar a ação em torno dos diferentes segmentos direta ou indiretamente envolvidos.

O plano da cadeia produtiva do artesanato pretende mostrar ao Brasil e a outros países que na Amazônia, em especial, no Amazonas, o caboclo sabe conviver com a floresta, sua, parceira e dela retirar tudo o que necessita para a sua sobrevivência, contudo, sem causar-lhe maiores prejuízos.

A qualificação profissional é um instrumento indispensável para a melhoria das condições de vida de uma sociedade e para a qualidade dos produtos e serviços. O plano vem demonstrar que existe mercado para esses produtos, principalmente, os resíduos da floresta. Visa mostrar também, que existe uma pequena parcela de empresários que ainda fazem o trabalho de forma predatória, subutilizando os recursos da floresta.

Assim sendo, o plano tem como uma de suas metas resgatar a mão-de-obra que se encontra à margem dos fundamentos do desenvolvimento sustentável.

Ações interdisciplinares serão muito importantes, porque os projetos dele originados envolverão pessoas de diferentes etnias, comportamentos, filosofia de vida, entre outras coisas. Todavia, sua prática efetiva, tem sido um desafio constante aos educadores que acreditam ser vital aos ensinamentos. É por essa razão que a interdisciplinaridade será trabalhada nos contextos a seguir.

Social – Onde se buscará prioritariamente a inclusão social do artesão e o convívio saudável em sociedade.

Ecológico – Consolidar a idéia da conservação da floresta em geral: Valorizar seus refugos e sua matéria-prima com, profissionalismo e senso ecológico.

Econômico – Proporcionar uma fonte de renda estável e auxiliar a mantê-la com a devida supervisão e com possibilidade de crescimento nos mercados local, nacional e internacional.

Cidadania – A profissionalização e a geração de renda, propiciam contemplar a melhoria na condição de vida dos beneficiários do projeto de forma global, onde esses se tornem conhecedores de seus direitos e atribuições frente uma sociedade, e que e seus familiares tenham uma vida digna saudável sempre em convivência harmoniosa.

A operacionalização deste plano será feita em três etapas: sensibilização, qualificação profissional e comercialização.

A sensibilização deve ser feita através de visitas técnicas a feiras; exposições; encontros, cursos e palestras temáticas sobre artesanato, para que haja o despertar, interesse, convencimento e aceitação.

- Sensibilização quanto à valorização do artesão e da matéria-prima;
- Sensibilização quanto às questões ambientais e o artesanato;
- Sensibilização quanto à geração de renda e cidadania.

A qualificação profissional deverá acontecer por meio de cursos e oficinas práticas onde os participantes serão capacitados para trabalhar em toda a cadeia produtiva do artesanato. Considerando que esta, visa à sistematização das etapas da geração de renda. Todavia, aqui a cadeia é apresentada de forma didática, contudo, vale ressaltar que as suas etapas ocorrem simultaneamente.

Nesse processo a demanda é avaliada segundo suas aptidões e receberá aulas práticas e teóricas a respeito do processo produtivo, ministradas por instrutores capacitados nas oficinas específicas. Nessa etapa é avaliado tudo o que se faz ou o que se pode fazer em termos de preparo e tentativa de aprimoramento, para auxiliar o empreendedor a entrar no mercado.

- Identificação das habilidades individuais e triagem;
- Segurança e higiene;
- Utilização e desenvolvimento de equipamentos;
 - Oficinas: trançado em fibras; papel artesanal; adornos com penas artificiais ou de cativeiro; beneficiamento de sementes; montagem e acabamento; embalagem artesanal.

O fornecimento de matéria-prima, instrutores e multiplicadores de mão-de-obra deverá ser disponibilizado pelas instituições participantes do arranjo. No quadro a seguir, é possível ver as principais matérias-primas (vegetal e animal) utilizadas:

MATÉRIA-PRIMA	PRODUTO FINAL
Caroço de açaí	Artesanato em geral, marfim
Caroço de Patuá	Anéis, colares e enfeites
Caroço de Buriti	Colares, brincos e pulseiras
Caroço de Tucumã	Anéis, colares e enfeites
Caroço de Babaçu	Anéis, colares e enfeites
Caroço de Abacaba	Artesanato em geral, marfim
Tala de Pupunheira	Enfeites na marchanteria
Caroço de Paxiúba	Colares, brincos e pulseiras
Semente de Seringa	Colares, brincos
Massa de Guaraná	Artesanato, enfeites e arranjo

Fibra de Piaçava	Cestaria, vassouras e artesanato
Tento preto	Colares, pulseiras e arranjos
Tento Vermelho/Seriúna	Colares, pulseiras e arranjos
Molongó da várzea	Bonecas, bancos e arranjos
Cipó titica	Cestaria e artesanato em Geral
Cipó Ambé	Cestaria e artesanato em Geral
Líber de tururi	Artesanato em Geral
Arumâzinho	Peneiras, pulseiras e artesanato em geral
Lágrimas de Nossa Senhora	Colares, pulseiras, tangas e arranjos
Morototó	Colares, pulseiras tangas e arranjos
Puçá/Tento preto dos Sateré – Mawé	Colares e Pulseiras
Arumã Grande	Peneiras, pulseiras e artesanato em geral
Sabonete	Colares e Pulseiras
Pau Brasil	Pulseiras, Colares, Bancos, enfeites, bonecos
Puçá	Colares, Pulseiras
Madeiras diversas	Resíduos das Serrarias – Marchanteria
Penas artificiais ou de cativoiro	Brincos, cocares, braceletes, tornozeliras, pau de cabelo, saiotes e tiaras.
Palha	Cestos, caixas,

Fonte: Magia Amazônica.

Nas atividades desenvolvidas normalmente são utilizados material químico, físico ou mecânico, artesanal ou industrializado para confecção do produto ou na higiene e segurança do artesão, de modo a garantir a integridade profissional e a qualidade do produto.

Faz-se necessário a realização de investigação de campo e bibliográfica, das matérias-primas existentes usadas na confecção do artesanato através da observação direta ou indireta, com o objetivo de conhecer os produtos existentes e desenvolver novos produtos.

Também deve-se efetuar estudo para identificar segmentos de mercado, posicionar corretamente o produto e desenvolver estratégia de marketing que levem ao sucesso.

Na etapa do desenvolvimento do produto são exploradas todas as formas de utilização, aproveitamento e conservação das matérias-prima bem como sua transformação em produto final. Nesta etapa da cadeia, a criatividade se torna evidente e extremamente necessária. Para tanto, deverá ser feito o desenvolvimento de linha de produtos através de parceria com universidades, da orientação de Designers e da pesquisa individual executada pela demanda.

O treinamento de curto prazo, aplicado de maneira sistemática e organizada através de oficinas operacionalizadas, deve ser realizado com o objetivo de capacitar o artesão de conhecimentos específicos na área do artesanato, atitudes de preservação e conservação ambiental e habilidades específicas, condições vitais para a manutenção da geração de renda.

Essa capacitação dos empreendedores poderá ser realizada por meio de oficinas de 60 alunos, no período de 120 dias úteis. Cada módulo com uma carga horária de 4 (quatro) horas

aula/dia totalizando 480 horas. O treinamento dos especialistas também poderá ser realizado através de oficinas de 60 alunos no período de 360 dias. Cada módulo poderá ter uma carga horária de 8 (oito) horas aula/dia totalizando 1920 horas.

A etapa da produção é o processo pelo qual se agrega valor à matéria-prima através de técnicas específicas assimiladas para cada produto, imprimindo qualidade e quantidade no produto final.

Na fase da divulgação se trabalha o marketing amazônico na grande mídia, através de exposições, showrooms, mídia e oficinas, em todas as feiras e festas locais e regionais, como por exemplo: o Sairé em Alter do Chão, Ciranda de Manacapuru, Peixe Ornamental de Barcelos, Santo Antonio em Borba, Guaraná em Maués, Festival Folclórico em Parintins, Boi Bumbá de Nova Olinda.

Os beneficiários neste plano de desenvolvimento serão prioritariamente:

I) Os caboclos ribeirinhos acostumados a lidar com a floresta e seus rios dispostos a trabalhar corretamente no extrativismo florestal;

II) Os índios, que apesar de manterem interação com produtos industrializados foram os primeiros ocupantes da região e ensinaram a tecnologia de domínios da floresta;

III) Os artesãos interioranos que já possuem suas habilidades;

IV) Os deficientes físicos com capacidade para manusear equipamentos e materiais destinados a manufaturar os produtos regionais;

V) Os presos condenados podem, em regime de encomenda, trabalhar e gerar valores aos produtos. Além dos ganhos financeiros, advindos dessa atividade poderão ter uma ocupação que lhes possibilite um meio de renda para ao volver a liberdade tenham, uma poupança e possam reiniciar um convívio de paz com a sociedade, como verdadeiros cidadãos;

VI) Os migrantes, desempregados e desqualificados, que voltam-se para marginalidade, por não terem escolaridade e, conseqüentemente, profissão;

VII) Os estudantes da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, dentro de sua matriz acadêmica, poderão iniciar suas atividades montando processos de design das peças e de embalagens (administração e publicidade); planta e construção das instalações físicas das firmas de artesanato que podem ser construídas no interior do Estado (engenharia civil /elétrica e arquitetura); logística, estoque e comercialização (administração e economia); tratamento das sementes (botânico), manejo florestal (engenharia agrônômica e florestal);

VIII) Os analfabetos e semi-analfabetos que não dependerão de habilidades intelectuais e que tem dificuldade em participar de cursos profissionalizantes, vez que as atividades propostas, dependem mais da habilidade manual, portanto, facilmente absorvidas pelas pessoas que, não sabem ler e escrever.

IX) As crianças e adolescentes em risco social e pessoal, que necessitam de um aprendizado especializado e concluído pra sua promoção a cidadania;

X) Aos familiares das crianças e adolescentes inseridos nos programas governamentais.

Os municípios envolvidos são os que já possuem uma vocação natural e que são exploradores de matéria-prima *in natura*. Tais municípios são chamados a estimular os empreendedores do artesanato, que possam ser atendidos por programas de incentivo a qualificação que o plano apresenta para os municípios de atuação:

I) Tabatinga, fornecerá matérias-primas como tucumã, jarina, tabatinga para a confecção de cerâmica, além de outras espécies provenientes dos saberes indígenas, ainda não catalogados;

II) Parintins, terra de artistas e artesãos por excelência, contribuirá com mão-de-obra dos instrutores que poderão se deslocar para outros municípios, multiplicando suas artes;

III) Maués, terra do guaraná e detentora de uma arte muito bonita, porém restrita as suas praias: broches, arranjos e mini-esculturas feitos com a massa de guaraná . Essa arte precisa de expansão e, conseqüentemente, a produção exportação dessa matéria-prima, principalmente, para capital, onde artesãos oriundos de Maués possam dar continuidade a essa arte e auferir ganhos financeiros com a mesma;

IV) Manacapuru, por se localizar próximo de Manaus e facilitar o escoamento da produção, poderá abrigar linhas de montagem de artesanatos, juntamente com Iranduba e Novo Airão, dada a disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra nessas duas cidades vizinhas;

V) Presidente Figueiredo poderá fornecer matérias-primas provenientes dos resíduos de seus produtores;

Manaus, capital da Zona Franca Verde, que detém hoje a maior densidade demográfica do Estado, se constitui no pólo de escoamento de todo o Estado do Amazonas.

Para a implantação deste plano nos municípios pilotos, o modelo inclui a participação de outros municípios no fornecimento de matérias-primas e que, posteriormente, poderão se

juntar a este primeiro grupo alvo das ações de qualificação e profissionalização de seus cidadãos no beneficiamento e confecção do artesanato. Só para citar alguns, temos:

- Barcelos, no rio negro, maior produtor de cipó titica e piaçaba. O plano dará especial atenção a esses produtos, que sabiamente extraídos da floresta, terão suas fontes sempre renovadas, após a exploração desses recursos por um determinado tempo, senão todos os anos, assim, consagrados o princípio da Sustentabilidade sócio-ambiental do Vale do Médio rio Negro;
- Itacoatiara poderá fornecer matérias-primas provenientes dos resíduos de suas indústrias como das serrarias (para a marchetaria); de coco e cupuaçu.
- Coari e Codajás: as sementes de açaí, que hoje são jogadas no lixo, se destinarão à confecção de peças artesanais;
- São Gabriel da Cachoeira, famosa também pela variedade de pedras semipreciosas, cristais e granito, fornecerá estas matérias-primas, além da rica variedade de artesanato indígena representativo de Cabeça do Cachorro;
- Nhamundá, fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra;
- Boca do Acre fornecedora de matéria-prima e mão-de-obra.

Em cada município será importante incluir os espaços de desenvolvimento comunitário, novos ou adaptados que comportem equipamentos necessários à etapa de capacitação da cadeia produtiva. A partir da implantação de oficinas os equipamentos devem ficar disponibilizados aos artesãos capacitados. Os espaços comunitários deverão ser adequados, para armazenar os produtos *in natura* e produtos acabados, assim como, um local para colocar as máquinas de beneficiamento dos produtos, local para a confecção de peças, cozinha, sanitário, etc.

Entre as matérias-primas mais utilizadas atualmente no artesanato encontra-se a jarina. A Amazônia, região plena em diversidade, agora também exporta **jarina** para o mundo e o resto do país, a reboque da ameaça de extinção dos elefantes. A relação entre uma palmeira amazônica de pequena estatura com o paquiderme africano parece sem propósito para leigos no assunto, mas não é: aquela tem em sua semente o marfim vegetal e este o marfim animal. O marfim é um material de luxo, duro e muito branco. Com ele se produz teclas de piano, estatuetas, bolas de bilhar, peças de xadrez, massageadores e tarrachas de violão, cabos de guarda-chuva, acessórios para cabelo e palhetas para instrumentos de sopro e de corda, entre

outros produtos, entre os quais biojóias, botões, além das primorosas e delicadas bijuterias feitas por artesãos amazônicos.

O marfim vegetal, na verdade, não é uma descoberta recente. Já em 1750 o frei sul-americano Juan de Santa Gertrudis mencionou-o em suas crônicas, comparando as sementes da jarina a “bolas de mármore” usadas para entalhar estatuetas. E desde os tempos pré-colombianos a semente da jarina era utilizada por índios na confecção de ornamentos e utensílios. A atividade caiu em desuso há mais de 50 anos e só com a ameaça de extinção dos elefantes foi retomada nos últimos 25 anos como fonte alternativa para produção de peças de marfim. Com essa virada, chegou-se até a criar o slogan: “Lembre do marfim vegetal (jarina), o benfeitor do elefante”.

Conta César Farias, um dos mais bem-sucedidos designers de jóias da Amazônia, conhecido por desenvolver verdadeiras peças de arte como anéis, colares, brincos e pulseiras, a partir de sementes da floresta, entre elas o açaí, mumuru, anajá, tucumã, jatobá, patauí e principalmente a jarina, que despertou para a importância do marfim vegetal há cerca de 15 anos, ao fazer um curso de lapidação de metais nobres, em Goiás, onde uma pessoa apresentou a semente que conseguira na Colômbia e com o maior cuidado a lapidou.

Antes de ser conhecida no Brasil, sabia-se que a jarina era matéria-prima restrita ao fabrico de botões na indústria paulista, que registra importações do produto in natura da firma amazonense Isaac Sabbá até 1970, quando as fábricas deixaram de usar a semente. Até então, pouco ou nada se conhecia do marfim vegetal e a informação geral era de que apenas no Acre e adjacências possuía a pequena palmeira de semente com as qualidades do marfim.

Há pesquisas que afirmam que o marfim vegetal é originário do Sudoeste do Estado do Amazonas e parte do Acre, sendo encontrado nos vales dos rios Purus, Acre, Antimari, Iaco, Caetê, Macauã, Juruá, Muaco, Paraniru, Gregório, Jurupari e Paranacá. Também existe no Equador, Peru e Colômbia, mas ocorre de forma espontânea em várias regiões tropicais do mundo. Em espanhol é conhecido como tagua, ivory plant em inglês e brazikuanische steinmüssee em alemão. Em que pese não existir na Amazônia plantio ou cultivo industrial da jarina, a semente, nos últimos anos, tem se constituído num rico mercado, movimentando cerca de 50 milhões de dólares por ano com a sua exportação, principalmente para os Estados Unidos. O Japão é outro forte mercado.

A jarina distribui-se na Amazônia a partir de 150~200 metros a até mil metros de altitude, na submata inundável, à sombra de árvores altas, nos lugares arejados, em

temperatura de 22°C a 28°C. Normalmente são encontradas em bosques de sua própria espécie, formando aglomerados homogêneos. A palmeira tem pequena altura, de três a quatro metros. O tronco é grosso com numerosas raízes adventícias e flores de forte perfume.

A árvore tem crescimento lento, sendo comum encontrá-la com mais de cem anos de idade. As sementes levam três a quatro anos para germinar e as plantas sete a 25 anos para iniciar a frutificação. Cada unidade fêmea produz cerca de seis a oito cachos de frutos ao ano, com tamanho de uma cabeça humana, crivadas de pontas, pesando cerca de nove a 12 quilos, com aproximadamente oito a 12 sementes cada fruto. Quando nova, a semente é líquida, clara e insípida, de modo idêntico ao coco-da-bahia. Cada uma tem aproximadamente dois centímetros de diâmetro, pesando em média 35 gramas. No processo de amadurecimento do fruto, tornam-se leitosas e doces. Neste estágio, muitos animais, inclusive o homem, utilizam-na como alimento.

Quando amadurecidos, os frutos caem e soltam as sementes, permitindo que elas sequem em prazo que varia de quatro semanas a quatro meses, dependendo das condições climáticas. A regeneração natural é aleatória, sendo as sementes facilmente coletadas em grande quantidade, entre maio e agosto. A palmeira jarina tem utilidade para as populações amazônicas na construção civil (cobertura de casas com as folhas), alimento para o homem e animais (polpa não-amadurecida) e confecções de cordas (fibras).

Atualmente, com os riscos de extinção de animais fornecedores de marfim, a exemplo do hipopótamo e do rinoceronte, mas principalmente do elefante, a jarina aparece como alternativa ao marfim animal, apresentando sobre ele algumas vantagens, pois não é quebradiça e é mais dócil ao trabalho. Os marfins vegetal e animal são tão parecidos que os artesãos em geral deixam um pouco da casca marrom nos seus produtos para provar que não usaram marfim de elefante, o que é proibido em todo o mundo.

Dos 62 municípios amazonenses das quais se dispõe de informações, sabe-se que o maior pólo produtor de jarina encontra-se na mesorregião do Alto Solimões e do rio Gregório, no entanto, é necessário realizar levantamentos nos outros municípios para se conhecer o potencial de produção do Estado, promover a adoção de boas práticas de manejo e estruturar e/ou fortalecer a cadeia produtiva.

Conforme a _____, não precisa-se de Documento de Origem Florestal -DOF para o transporte da semente de jarina. Além disso, a _____, estabelece que para produtos florestais não

madeireiros que não necessite de autorização de transporte (ou DOF), não é obrigatório elaborar Plano de Manejo.

Portanto, quem comercializa a semente de jarina apenas se registra no Cadastro Técnico Federal (IBAMA) e informa ao órgão ambiental competente (IPAAM no caso do Amazonas), por meio de relatórios anuais, as atividades realizadas, inclusive espécies, produtos e quantidades extraídas, até a edição de regulamentação específica para o seu manejo.

As boas práticas disseminadas no Amazonas estão voltadas principalmente ao processo de beneficiamento e melhoria da qualidade do artesanato que pode ser com sementes, fibras ou palhas.

Algumas comunidades tradicionais em outras regiões da Amazônia têm realizado o manejo da jarina, onde a maior preocupação é que a coleta seja feita, respeitando algumas regras ("boas práticas") que permitam uma produção de sementes contínua e duradoura, com retorno econômico e conservação e manutenção do ecossistema.

O pré-beneficiamento da jarina consiste na secagem da semente ao sol sobre lonas por três meses, ou mesmo em estufa. As sementes secas devem passar por um processo de seleção por tamanho, qualidade e formato, eliminando as defeituosas e degradadas. Após a verificação está removida de forma manual a casca que cobre a semente, utilizando facas ou canivetes, deixando-as secar ao sol mais uma semana.

Entre as várias possibilidades de beneficiamento da jarina estão: a produção de artesanato ou biojóias, de peças de decoração ou botões.

O beneficiamento da jarina para uso em joalheria, na confecção de colares, pulseiras e brincos as sementes são furadas e pode utilizadas as semente inteiras, cortadas ao meio (em banda), e também formatadas em fatias, cascalho branco, cascalho rústico e canutilhos ou tubinhos, e todas essas formas tingidas. A semente de jarina pode ser combinada com outras sementes como açaí, paxiúba e paxiubinha, madeiras e também com prata e ouro. Para o, normalmente as sementes são furadas e também são formatadas em fatias, cascalho e canutilhos ou tubinhos.

A amêndoa de jarina pode ser modificada em sua coloração, através de: tingimento com corantes sintéticos e naturais, cozimento e/ou imersão em óleos, ação térmica, como pirógrafo e aquecimento, amadurecimento controlado e envelhecimento, graças a sua microporosidade.

A cadeia produtiva é grande e a agregação de valor é enorme, pois uma semente coletada sai no campo ao custo de R\$ 0,02 e um pequeno chaveiro entalhado em uma única semente é comercializado, em Rio Branco, a R\$ 17,00, ou seja, um fator de agregação de valor superior a 500 vezes.

Dentre as organizações indígenas do Alto Solimões que trabalham com a produção de artesanato com sementes, estão:

EWARE-ACIU - Associação dos Artesãos da Comunidade Indígena Umariçu

AMATU - Associação de Mulheres Artesãs ticuna umatu - bom caminho

AMITI - Associação das Mulheres Indígena Ticuna

MEMATU - Associação de Artesãos da Comunidade Cordeirinho

AITCA - Associação dos Artesãos Indígenas Ticuna da Comunidade Campo Alegre

Associação dos Artesãos da Comunidade Indígena Nova Itália

AWAS - Associação dos WITOTO do Alto Solimões

CAITI - Centro de Artesanato Indígena Ticuna Içaiense

3. SITUAÇÃO ATUAL DO ARRANJO

Atendendo as diretrizes do Programa Zona Franca Verde, surgiu o Programa Amazonas Florestal, criado pelo Governo Estadual, com objetivo de reunir dados técnicos e gerenciais relacionados à fauna e flora da região, impulsionar as potencialidades das comunidades do interior do Estado e os produtores, empreendedores, grupos tradicionais e indígenas do Amazonas. Este programa pretende diminuir o grau de desinformação acerca da temática ambiental e da legislação que a regulamenta, buscando oferecer maior estruturação e organização da produção, tendo em vista a geração de trabalho, renda, redução da pobreza e elevação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas comunidades do interior do Estado. A principal diretriz do programa é a superação dos gargalos na organização, gestão e capacidade técnica dos processos produtivos.

Dentre os vários programas que a FEPI vem executando está o Programa de Valorização e Organização do Artesanato, tomando como base os dados levantados pela fundação em 2004, das matérias-primas utilizadas na confecção de artesanato que são de 43% tucum, 15% madeira, 15% sementes, 14% arumã e 13% outros (penas, dentes e cipós).

As ações básicas do programa são:

- capacitação dos artesãos indígenas do Estado por meio de projetos, cursos e oficinas;
- criação de Pólos de Produção e de Comercialização;
- apoio a participação dos artesãos indígenas em várias feiras Estaduais, Nacionais e Internacionais.

A atuação do programa se deu na Mesorregião do Alto Solimões que compreende nove municípios, que são: Atalaia do Norte, Amaturá, Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Jutai, Fonte Boa e Tonantins.

Como principais resultados pode-se destacar:

1. O beneficiamento direto de 1.739 artesãos indígenas com o projeto de apoio a Comercialização do Artesanato Indígena do Alto Solimões, em parceria com o Ministério da Integração Nacional;
2. O beneficiamento de cerca de 5 mil artesãos indígenas com o apoio a participação dos em várias feiras Estaduais, Nacionais e Internacionais ; e,
3. beneficiar diretamente 350 artesãos com o projeto de Fortalecimento do Arranjo Produtivo Artesanal do Vale do Javari, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/CAIXA.

Na execução do Programa Amazonas Indígena a FEPI conta com as parcerias firmadas com as Secretarias de Estado, Ministérios, Organizações não-governamentais e com apoio das Organizações Indígenas.

3.1. ACESSO AOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Trata-se da ação pelo qual se estabelecerá um preço justo ao produto e se negociará a venda para os mercados consumidores. Neste item, os empreendedores são treinados para a leitura e acompanhamento de planilha de custo e fluxo de caixa. Será possível atingir o mercado nacional através de exposições e seminários especializados na divulgação do artesanato, nas principais capitais brasileiras, e o mercado internacional, com a participação nas principais feiras e encontros do artesanato deste mercado.

Neste processo os artesãos devem contar com o apoio da iniciativa pública e privada, que pretende, através de suas lojas especializadas no ramo de artesanato, existentes nos aeroportos e Estação Hidroviária Internacional, participar de feiras especializadas em produtos artesanais, sejam elas de procedência regional, nacional e internacional, dando

suporte a comercialização de todo o produto confeccionado pelas oficinas que estiverem devidamente qualificados.

MATERIA PRIMA	UNIDADE	CIDADE	COMPRADOR
Caroço de açai	Saca 50 kg	Manaus/Am	Mercado local
Piaçaba	KG	Barcelos/AM.	Industria vassoura
Cipó titica	KG	Barcelos/Am.	Industria vassoura
Caroço de jauari	Saca 50 kg	São Luis/Ma.	Mercado local
Caroço de tucumã	Saca 50 kg	Manaus/Am	Mercado local
Jarina	Kg	Manaus/Am	Mercado local

As instituições que podem dar o suporte necessário neste item são:

Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI

A Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI – vem executando o Programa Amazonas Indígena tendo como objetivo preencher o vácuo existente na Política Indigenista, atuando em três eixos: Etnodesenvolvimento, Fortalecimento das Organizações Indígenas e Valorização dos Direitos e Diversidade Cultural. O principal objetivo do programa é a promoção da qualidade de vida, geração de emprego e renda por meio de um sistema próprio de produção agroflorestal, agrícola e manejo dos recursos naturais, bem como pela utilização de novas tecnologias aliadas aos conhecimentos tradicionais.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS /Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS

Tem a missão de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas intersetoriais, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica e a sustentabilidade dos produtos florestais, mediante ações de fortalecimento das cadeias produtivas do setor florestal nos pólos de desenvolvimento sustentável e implementação das ações de assistência técnica e organização dos produtos da floresta. No APL em pauta, a SDS tem como representante a ADS, empresa pública de administração indireta do executivo, que tem como missão executar as ações relativas ao trabalho e à política estadual de apoio ao desenvolvimento, integração e comercialização de

produtos das diversas cadeias do setor primário. A empresa tem personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, sendo vinculada à SEPROR.

Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas - SEBRAE/AM

O SEBRAE/AM tem as suas diretrizes políticas de fomento e apoio às micro e pequenas empresas estabelecidas por um Conselho Deliberativo Estadual - CDE, composto por 13 entidades representativas de diversos segmentos, entre elas: FIEAM, FAEA, FECOMÉRCIO, ACA; IEL, UFAM, SUFRAMA, ADA, SEPLAN, AFEAM, Banco da Amazônia, Regional do Banco do Brasil e o próprio Sebrae Nacional. Sob a orientação do CDE, o SEBRAE/AM é administrado por uma Diretoria Executiva, composta de um diretor superintendente e de dois diretores operacionais. À Diretoria Executiva cabe o comendamento de todas as ações desenvolvidas em prol das micro e pequenas empresas. O presidente do Conselho Deliberativo Estadual, que deve ser sempre um representante do Comércio, da Indústria ou da Agricultura, é eleito pelos seus membros para um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido. A Diretoria Executiva também é eleita pelos membros do Conselho.

3.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Esta é uma das principais necessidades do segmento, na medida em que se registra um baixo nível de capacitação técnica dos artesãos, e a precária organização e assistência. O fato de muitos não possuírem treinamento específico e não realizarem o monitoramento da qualidade das peças produzidas, entre outros, eles simplesmente ofertam o produto ao mercado com um padrão inferior ao de outras regiões. Diante dessa realidade, torna-se necessário um acompanhamento dos empreendedores estabelecidos e aqueles artesãos em potencial que desejam abraçar esta atividade.

As instituições que podem participar da formação e capacitação são:

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM

Promover diretamente a educação profissional no âmbito Estadual nos níveis básico, técnico e tecnológico, como instrumento de cidadania da geração de ocupação e renda em articulação com os demais programas de governo. Em sua linha de atuação promovem a

formação profissional para a inserção no mundo do trabalho e o aperfeiçoamento da formação profissional dos já inseridos.

Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/AM

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas tem como missão promover a Educação de excelência através do Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento social, científico, e tecnológico do país.

Apresenta finalidades visando formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a Educação Continuada.

O Sistema CEFET-AM é constituído por três Unidades de Ensino: a Unidade Sede e a Uned-Manaus, situadas na cidade de Manaus (Am) e a Uned-Coari situada no Município de Coari/Am. É uma autarquia especial mantida pelo Governo Federal, comprometida com o desenvolvimento sustentável de nossa região. O CEFET-AM possui um quadro de 268 docentes e 135 técnico-administrativos, um Centro de Documentação e Informação (C.D.I), bibliotecas, um parque computacional de 750 microcomputadores, 70 laboratórios, além de vários ambientes de aprendizagem.

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Desde a sua criação em janeiro de 1909 recebeu várias denominações e mudanças institucionais, sendo atualmente chamada de Universidade Federal do Amazonas. Oferece atualmente 42 cursos de graduação, 11 de pós-graduação *stricto sensu* e 23 *latu sensu*. Possui 5 campi na cidade de Manaus e 6 no interior do Estado. Um marco na sua atuação em ensino, pesquisa e extensão com recursos pesqueiros foi a criação do curso de Engenharia de Pesca em 1988, fato que propiciou a contratação de vários professores e técnicos-administrativos, culminando com a constituição do Departamento de Ciências Pesqueiras. Além do curso de engenharia de pesca, a UFAM atua em recursos pesqueiros nos cursos de graduação de agronomia, ciências biológicas, zootecnia e engenharia florestal. Atua também por meio de

curso de pós-graduação, entre os quais: mestrado em sistemas agroflorestais; mestrado em ciências ambientais; mestrado em ciências pesqueiras e especialização em manejo de pesca.

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Os fins institucionais que norteiam a UEA, na condição de academia amazônica, colocam-na diante do desafio de democratizar o acesso dos amazonenses ao seu universo discente e pelear para a superação das racionalidades impermeáveis ao reconhecimento de uma cultura da Região.

Assim, a UEA existe e interfere num contexto de transformação significativa dos paradigmas de educação, de desenvolvimento e de civilização, tendo por base o reconhecimento de uma pluralidade de modelos, de culturas, de espiritualidades e diversificações socioeconômicas.

Ciência e tecnologia são ambas indispensáveis para atingir essas metas, mas os resultados positivos somente podem ser alcançados por meio de uma reintegração da ciência e da cultura, de modo a assegurar um sentido de finalidade, por meio de um enfoque integrativo, com o objetivo de superar as fragmentações que conduziram a uma interrupção nas comunicações culturais.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras - SESCOOP/OCB

A SESCOOP é o órgão executor da capacitação, monitoramento e promoção social. É a interação entre a representação e a autogestão do cooperativismo brasileiro. Instituição privada, sem fins lucrativos, integrante do Sistema "S", criado pela Medida Provisória nº1715 de 03 de setembro de 1998 e o Decreto n.º 3.017 de 06 de abril de 1999 – vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Seus objetivos são:

- Organizar, administrar e executar o ensino, a formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados;
- Assistir as sociedades cooperativas na elaboração e execução de programas de treinamento;
- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional e de Gestão em cooperativas.

A OCB é um órgão de representação do Sistema Cooperativo Brasileiro, sendo que no Amazonas atua como sindicato e organização das cooperativas. É uma entidade patronal, sem

fins lucrativos econômicos e de duração indeterminada, fundada no dia 07/03/1973. Exerce a representação política do cooperativismo do Amazonas e oferece suporte técnico e institucional para sua organização, fortalecimento e defesa. Tem como visão ser a referência do cooperativismo amazonense, garantindo ambiente favorável ao desenvolvimento. Seus objetivos são:

- Representar politicamente e integrar todos os ramos de cooperativas no Amazonas;
- Manter serviços de apoio na consolidação do ideal cooperativista, dentro e fora do país e na formação de recursos humanos;
- Promover a integração e o fortalecimento do cooperativismo como setor relevante;
- Zelar pela doutrina e prática cooperativista, sem discriminações;
- Fomentar e orientar a constituição de cooperativas de todos os ramos;
- Prestar assessoria técnica-consultiva ao Governo sobre questões do cooperativismo.

3.3. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO

Cada vez mais a cooperação é condição necessária para a sobrevivência e o desenvolvimento dos pequenos negócios, com o auxílio de mecanismos de coordenação e intermediação dos múltiplos interesses e objetivos envolvidos. O programa de APL's no Amazonas que se encontra sob a coordenação do Núcleo Estadual de APL's – NEAPL, criado no âmbito da SEPLAN/AM, tem por finalidade desenvolver estratégias e ações que possibilitem a consolidação e o fortalecimento de potenciais segmentos econômicos, por meio da cooperação entre os atores locais, identificados a partir de seu envolvimento no setor, em especial a pesquisa técnico-científica para a melhoria dos processos produtivos. Neste APL as instituições vocacionadas ao tema são:

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN

Órgão que tem como área de atuação o desenvolvimento do sistema de planejamento estratégico, bem como, coordenação das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Amazonas, o cumprimento da legislação estadual e federal

relativas ao desenvolvimento econômico e planejamento estratégico. Também a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do plano plurianual, a formulação e a execução de estratégia de crescimento econômico, contemplando a inovação tecnológica e a busca do pleno emprego, estímulo à elevação da produtividade e dos salários reais, à dinamização das empresas e à prosperidade dos seus municípios, articulação e cooperação entre Estado e Sociedade, estabelecimento de negociações econômicas nos planos nacional e internacional visando investimentos estratégicos através da captação de recursos e cooperação técnica, a formulação de políticas de incentivos fiscais e tecnológicos para o fortalecimento da economia estadual, o apoio à implantação de empresas geradoras de emprego e renda, a coordenação, assistência e supervisão ao Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE/AM, e a realização de estudos e pesquisas de acompanhamento da conjuntura socioeconômica para subsidiar a formulação de políticas públicas, promover a inserção internacional, fomentar as relações multilaterais ao desenvolvimento sócio-econômico, cultural e científico.

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e vinculadas - SECT

A SECT, implantada e organizada a partir de abril de 2003, é responsável pelo planejamento e execução de uma política de ciência e tecnologia que atenda os interesses políticos, econômicos e científicos do Estado do Amazonas, conforme demandas induzidas ou não, postas pelas diversas secretarias e autarquias do Estado; instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas; setor produtivo público ou privado; matriz industrial do Pólo Industrial de Manaus; e pelas instituições federais sediadas ou com programas no Estado.

Inclusão social, geração de renda e empregabilidade, participação e acesso das populações regionais aos benefícios do patrimônio genético e aos serviços ambientais do Estado do Amazonas, e interiorização das plataformas científicas e tecnológicas constituem os fundamentos políticos e econômicos que norteiam as ações dessa Secretaria. São vinculadas à SECT a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.

Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Autarquia vinculada ao MDIC, responsável pela administração dos incentivos fiscais e pela atração de investimentos para a ZFM, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá. A ZFM foi criada pela Lei Nº 3.173 de 6/6/1957. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº. 288, de 28/2/1967, ampliou e regulamentou essa legislação, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, instituindo, assim, o atual modelo de desenvolvimento. Em 15/8/1968, o Decreto-Lei Nº 365/68, estendeu esses benefícios a toda a Amazônia Ocidental. No caso específico da produção de pescado, a SUFRAMA possui uma Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários – CGPAG, que tem como competência: I – implementar e coordenar as ações previstas na política da SUFRAMA para o setor agropecuário na Amazônia Ocidental; II – analisar, acompanhar e avaliar projetos técnico-econômicos de investidores que se estabelecem em sua área de abrangência.

3.4. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Neste aspecto se observa a necessidade de implantar um sistema de crédito com recursos financeiros estaduais e federais e determinar um percentual específico para o setor oriundo dos fundos constitucionais (estadual e federal), utilizando-se dos serviços das seguintes instituições financeiras:

Banco da Amazônia

O Banco da Amazônia é a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo. Com sua atuação, se articula com diversos órgãos vinculados aos governos, através de parcerias com diversas entidades, universidades, ong's ligadas ao fomento sustentável e representativas patronais ou laborais. Possui pontos de atendimento que cobrem toda a região, cerca de 59% do território nacional. Além disso, opera com exclusividade o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e ainda atende com outras fontes, como: Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo da Marinha Mercante - FMM, - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA,

Orçamento Geral da União - OGU e recursos próprios. Seus colaboradores também trabalham pautados com a consciência de que são agentes de desenvolvimento sustentável, respeitando princípios como: a ética, excelência, ousadia, criatividade, transparência, confiança, rentabilidade e respeito ao ser humano. Dessa forma, busca novas alternativas de negócios que utilizem tecnologias e suporte técnico para desenvolver a região favorecendo a criação de novos produtos e serviços, mas alinhado com a sustentabilidade para garantir recursos para as gerações futuras.

Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM

Instituída como órgão da administração indireta, na modalidade de empresa pública revestida da forma de sociedade anônima não bancária, a AFEAM tem como missão concorrer para o desenvolvimento sócio-econômico, por meio de ações de apoio técnico e creditício que propiciem a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

Banco do Brasil - BB

Fundado em outubro de 1808, o banco tinha a função de emissor de moeda. A primeira utilização da denominação Banco do Brasil aconteceu já em 1808, resultado da associação do seu ramo de atividade ao nome do país. Na mesma época, podem-se observar diferentes configurações da marca Banco do Brasil em papel-moeda e documentos oficiais. E a partir daí a marca BB tem simbolizado tradição, confiabilidade, seriedade, segurança e credibilidade. Inicia-se uma história que se identifica fortemente com a história do país. Sua missão é ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.

Caixa Econômica Federal - CEF

A CEF é o principal agente das políticas públicas do governo federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque é uma empresa 100% pública que atende não só aos seus clientes bancários, mas a todos os trabalhadores formais do Brasil, por meio do pagamento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Programa de Integração Social - PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais

e apostadores das Loterias. Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda. Sua atuação também se estende aos palcos, salas de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

3.5. QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

A qualificação profissional no processo da cadeia produtiva visa introduzir de forma subjacente o preço justo, na comercialização dos produtos da floresta e dos produtos artesanais, produzidos pelos aprendizes artesãos nos espaços de montagem nos centros de treinamento, como também pretende transformar resíduos da madeira amazônica, principalmente os das serrarias da proximidade de Manaus, em arte de marchetaria.

Através da produção, nos espaços de montagem dos centros de treinamento, pretende agregar valores à matéria prima artesanal como: limpar, lixar, furar, tingir e polir resíduos vegetais, minerais e animais.

Ainda nos centros de treinamento ou outros espaços, onde a população busca melhorar a renda pretende-se implantar essa técnica facilmente aplicável onde estará incluído princípios de empreendedorismo.

Outro ponto é a certificação ambiental de todos os produtos coletados da floresta de forma ecologicamente correta e, conseqüentemente, dos artesanatos produzidos destinados à comercialização.

As instituições que podem participar neste tema são:

Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB

A SETRAB possui a missão de aproximar o trabalhador das oportunidades do mercado e novos nichos de trabalho e renda, fomentando a cultura do empreendedorismo, valorizando os saberes e conhecimentos populares como forma de crescimento sustentável e solidário. É desafio a atuação em conjunto com os demais órgãos, bem como com os movimentos sociais e a classe patronal. Através do Sistema Público de Emprego – SINE/AM

são disponibilizados os serviços de intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional e seguro-desemprego.

Nesse contexto, é preponderante salientar o esforço da SETRAB em criar, no âmbito do SINE, sistemas de orientação e certificação profissional, com ênfase em melhores direcionamentos aos jovens em busca do primeiro emprego, bem como reconhecer e certificar trabalhadores (as) que desenvolvem determinados ofícios sem sequer terem tido a oportunidade de frequentar um curso de qualificação profissional. É uma proposta ousada, porém, pertinente à inclusão social e produtiva.

E ainda, o Observatório do Trabalho encerra, de forma emblemática as tarefas precípuas da SETRAB, cuja finalidade será efetivar o mapeamento das vocações e potencialidades econômicas dos municípios do estado. Articulando parcerias com os centros de conhecimento, pesquisa e extensão, a exemplo da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, SECT/FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, dentre outros, na busca de resultados e diagnósticos que balizarão a elaboração de políticas de geração de emprego e renda.

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Serviço Social da Indústria - SESI

Integrante do Sistema S, por sua vinculação ao SESI, o IEL iniciou suas atividades com a missão de lançar programas e atividades de capacitação empresarial voltados à solução de problemas empresariais e tecnológicos. De 1998 até hoje, passou a realizar programas e atividades relacionados ao fomento da competitividade, inovação tecnológica, desenvolvimento regional, empreendedorismo e cooperação internacional. O IEL encontra-se presente nas 27 unidades da federação e, no tema APL, tem por objetivo promover o desenvolvimento de regiões de forma sustentada, disseminando e implantando metodologias e ferramentas que observam as características e vocações locais para incentivar a inovação e dinamizar a atividade empresarial. Suas estratégias para atuação em APL são: sensibilização e mobilização do setor e atores comprometidos; realização de estudos, levantamentos e diagnósticos; definição dos principais gargalos e prioridades empresariais e tecnológicas; elaboração do planejamento estratégico e do plano de trabalho do APL (definição de projetos, responsabilidades, negociação dos recursos, etc.); Monitoramento dos resultados por indicadores; Planejamento de novas ações.

Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI

Criada como agente de inovação tecnológica para atuar junto às empresas do Pólo Industrial de Manaus - PIM foi pioneira na condução das novas formas de pensar o desenvolvimento regional. Foi a primeira instituição na Região Norte a oferecer uma programação regular de cursos de pós-graduação, a partir de 1986, nas áreas de Eletrônica Digital, Engenharia de Produção, Automação Industrial, Qualidade e Produtividade, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Marketing. Essa atuação foi o ponto de partida para a implantação, em 1998, do Centro de Ensino Superior Fucapi – CESF, que oferece os cursos inovadores de Engenharia de Comunicações, Administração com ênfase em Gestão da Inovação, Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia de Produção Elétrica e Design de Interface Digital. Sua preocupação em promover a educação e desenvolver os recursos humanos da região reflete-se também na oferta de cursos de curta duração e treinamentos e na capacitação de seus próprios colaboradores. Privilegiou a busca pela excelência na prestação de seus serviços, obtendo a certificação ISO 9001:2000 em 2001, bem como está participando do programa de excelência nos Institutos de Pesquisa coordenado pela Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa - ABIPTI. Desde 2001, instituiu um centro tecnológico voltado à adoção de soluções voltadas aos problemas do meio ambiente.

3.6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A melhoria dos processos é um dos primeiros efeitos que poderão ser sentidos a partir do estudo da cadeia produtiva. Deverá ser criteriosamente estudada a sua racionalização visando o seu melhor ordenamento, por intermédio das seguintes instituições:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

As atividades da FAPEAM tiveram início em maio de 2003 e desde então, a Fundação possui articulação com o setor produtivo por meio de Programas com oferta de fomento nas áreas tradicionais de C&T e inovação em empresas nas seguintes linhas: formação de recursos humanos pós-graduados, iniciação científica, editais universais e temáticos, subvenção econômica e pesquisa em empresas.

No período de 2003 a 2008 a FAPEAM investiu R\$ 136,5 milhões em projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos no Estado do Amazonas.

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Instituição federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT que tem dado uma importante contribuição ao conhecimento científico e tecnológico da Amazônia. No âmbito da ciência seus pesquisadores têm se dedicado ao estudo da flora, fauna e ambiente, onde esses organismos vivem dentro de um equilíbrio dinâmico, do qual depende a existência e a preservação desse complexo de biodiversidade. No âmbito do desenvolvimento de produtos e de tecnologia, sua contribuição é bastante ampla, devendo-se somar a esse conjunto, os indicativos de base científica que são os únicos que podem dar suporte às ações e projetos direcionados para o desenvolvimento da região.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

O maior desafio para o Estado do Amazonas e seus municípios é o resgate da cidadania da comunidade em geral, oferecendo qualificação profissional na cadeia produtiva de artesanato, promovendo a conscientização dos valores regionais e o combate à pobreza.

Além desse desafio maior, espera-se com este plano solucionar as necessidades do segmento, adotando-se como objetivos específicos:

- Incentivar a promoção de talentos e mão-de-obra artesanal qualificada;
- Qualificar profissionalmente os familiares da demanda atendida nos centros de treinamento, e na comunidade em geral, sempre em consonância com a LOAS em seu Art. 2º, III “a promoção da integração ao mercado de trabalho”;
- Profissionalizar os artesãos moradores das áreas periféricas de Manaus e de municípios vizinhos;
- Contribuir para o fortalecimento da matéria-prima, formando instrutores e multiplicadores para a execução da cadeia produtiva;
- Favorecer o fortalecimento do sistema ecológico com ações de conservação da floresta amazônica;
- Promover parcerias entre a iniciativa privada e o terceiro setor para desenvolver o artesanato local;
- Incentivar o artesanato regional, apoiando e promovendo o artista regional para expor, divulgar e vender o artesanato amazônico, em locais de

grande fluxo de pessoas, como aeroportos, feiras, shoppings e supermercados aproveitando os espaços existentes nas diversas localidades onde residem os artesãos;

- Apoiar o calendário folclórico estadual fortalecendo a identidade cultural amazônica;
- Criar uma rede de parceiros para todas as ações culturais amazônicas inclusive comunidades indígenas;
- Fortalecer as Associações a fim de promovê-las a cooperativas;
- Imprimir qualidade ao trabalho artesanal colocando-o ao nível de comercialização internacional;
- Oferecer capacitação em embalagem artesanal adequada aos produtos gerados nas oficinas.
- Identificar e cadastrar os movimentos organizados da sociedade civil para prestar-lhes assessoramento e qualificá-los para o protagonismo nas ações de políticas de qualificação de mão de obra artesanal;
- Criar mecanismos para sensibilização dos gestores nas três esferas de governo.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Será possível estabelecer um sistema de produção adequado ao segmento, gerando conhecimento para o acompanhamento com êxito de todo o processo produtivo para as principais espécies utilizadas. O conhecimento agregado poderá ser utilizado tanto por artesãos e empreendedores, como pelos participantes da atividade familiar, assim como, o conhecimento de indicadores, possibilitando desta forma, um ganho de eficiência da produção e a otimização dos recursos financeiros.

O plano deverá dar uma contribuição efetiva ao desenvolvimento da produção, visto que os conhecimentos gerados darão subsídios para se estabelecer uma atividade sustentável,

quando da implementação de sistemas de produção com tecnologias adequadas. Este plano contribuirá de forma efetiva para incrementar a fonte de renda familiar, inserindo este APL nos sistemas de produção que irá contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias. Por outro lado, permitirá a capacitação e formação de recursos humanos em diferentes níveis (técnicos, produtores, estudantes...).

De modo mais específico os resultados esperados podem ser visualizados da seguinte forma:

R1 – Aumento da produção e produtividade visando atingir o mercado nacional e exterior com produto padronizado.

A1.1 – Produzir e comercializar matérias-primas e produtos artesanais finais de origem vegetal da biodiversidade Amazônica no mercado regional, nacional e internacional, elaborados com responsabilidade sócio-ambiental nos níveis de qualidade e quantidades requeridos;

A1.2 – Investir em pesquisa para o desenvolvimento da C&T de produção de novos produtos e incentivar a difusão, a valorização do artesão empreendedor, a inovação tecnológica e a regionalização;

A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de beneficiamento, produção e qualificação;

A1.4 – Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação, por meio da adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF nas unidades de beneficiamento e produção;

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo

A2.1 – Identificar a concentração de artesãos empreendedores nos municípios trabalhados;

A2.2 – Reunir os produtores para a constituição de cooperativas

A2.3 – Aumentar a integração e união dos empreendedores e consolidar a imagem do Arranjo Produtivo;

A2.4 – Desenvolver a gestão empreendedora nas áreas: financeira, comercial, recursos humanos e fiscal.

Neste item a atenção deverá se concentrar prioritariamente no quadro normativo vigente atualmente no Brasil, com a intenção de entender qual impacto causaria a aplicação de um esquema de associativismo/cooperativismo no sistema produtivo local. Também deverá ser feita uma avaliação da proposta metodológica pelas cooperativas e tomada de decisão quanto à formação de um grupo de trabalho. A decisão das cooperativas deve basear-se nas suas expectativas em relação ao processo e na qualidade das informações que receberam. Essa decisão deve ser tomada alguns dias após a primeira reunião com os técnicos. A decisão daqueles que quiserem continuar na caminhada é comunicada aos técnicos por escrito, ocasião na qual devem ser escolhidos, as pessoas que irão compor o grupo.

R3 - Infra-estrutura adequada e mão-de-obra qualificada

A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para a definição do modelo de estrutura e equipamentos necessários;

A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, produção, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos produtos;

A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e capacitação nas unidades de beneficiamento e buscar, utilização de incentivos existentes para investimento no setor.

A3.4 - Indicar as fontes de financiamento nacionais.

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Definir pólos com localização ideal para produção;

A4.2 – Definir os mercados-alvo para a inserção dos produtos;

A4.3 – Melhorar a infra-estrutura rodoviária e portuária existente, em função de uma melhor logística;

A4.4 - Aprimorar o processo de escoamento da produção.

R5 - Legalizações e Licenças.

A5.1 - Analisar a legislação dos mercados alvo e testar a segurança para fins de registros;

A5.2 - Preparar documentos para registro de marcas e patentes e registros sanitários;

A5.3 - Adequar terminologias para o idioma do mercado alvo e estudar nomenclaturas para fins de enquadramento nas NCM"s.

6. INDICADORES DE RESULTADO

Os instrumentos utilizados para mensuração das ações serão: pesquisa; relatórios; fichas cadastrais, entre outros. Os indicadores deverão contemplar:

- Efetivação da articulação entre as parcerias;
- Redução do número de famílias que sobrevivem à margem da cidadania;
- Situação civil regularizada com aumento de pessoas efetivamente profissionalizadas;
- Aumento do número de famílias inseridas em grupos de geração de renda;
- Aumento da produção de produtos beneficiados;
- Aumento das vendas ao mercado externo;
- Redução dos preços dos produtos;
- Maior visibilidade do produto amazônico.

Nesse contexto, fica evidente a importância de se estimular mecanismos de desenvolvimento na Amazônia em sistemas produtivos com efetiva participação das micro e pequenas unidades no processo de produção. Na consolidação desses sistemas será fundamental o desenvolvimento de procedimentos tecnológicos adequados à realidade sócio-econômica dos produtores regionais. É importante, também, que neste desenvolvimento tecnológico sejam tomados os cuidados necessários para minimizar os impactos ambientais.

É fundamental também gerar dados de qualidade, compreendê-los, analisá-los e gerar informação compreensível ao público alvo e facilmente disponível na mídia adequada.

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.

A1.1 – Melhoria na qualidade dos produtos de toda a cadeia produtiva;

A1.2 – Número de projetos de pesquisa segundo as exigências de mercado destino;

A1.3 – Quantidade de técnicos capacitados;

A1.4 – Volume de produção e faturamento.

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo.

A2.1 – Números de produtores e produção anual;

A2.2 – Registros e estatutos aprovados das cooperativas;

A2.3 – Número de associados as federações e/ou participantes de fóruns, p. ex.,
Câmara Setorial;

A2.4 – Quantidade de eventos de informação realizados (workshops, seminários,
palestras, etc).

R3 - Infra-estrutura adequada e mão-de-obra qualificada

A3.1 – Currículo dos especialistas e número de cursos realizados;

A3.2 – Número de certificações obtidas;

A3.3 – Volume de capital investido (privado e institucional) em infra-estrutura;

A3.4 – Programas e linhas de financiamento (privado e institucional) para o segmento.

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Pólos de produção;

A4.2 – Mercados potenciais em importação e seus valores;

A4.3 – Modais estruturados e número de portos adequados para recepção e transporte
dos produtos;

A4.4 – Qualidade e redução do prazo de entrega.

R5 - Legalizações e Licenças.

A5.1 - Número de produtos com registros e certificação;

A5.2 - Número de produtos com depósito de registro de marcas, patentes, sanitário;

A5.3 - Produtos com enquadramento nas NCM"s.

7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO

I) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA JOVEM CIENTISTA AMAZÔNIDA – JCA.
--

Descrição: Identificação de Espécies Botânicas para a utilização na Produção de Mel e Confeção de
--

Artesanato nas áreas dos Lagos do Calado e Paru, Manacapuru-Am.					
Coordenação: FAPEAM			Início: 2004		Término: 2007
Execução: UEA- Keuris Kelly Souza da Silva					
Viabilização financeira: R\$ 76.983,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM	76.983,00	100	76.983,00	100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		76.983,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade visando atingir o mercado nacional e exterior com produto padronizado.					
A1.2 – Investir em pesquisa para o desenvolvimento da C&T de produção de novos produtos e incentivar a difusão, a valorização do artesão empreendedor, a inovação tecnológica e a regionalização;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

II) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS – PPOPE					
Descrição: Sustentabilidade da extração de espécies vegetais para confecção de artesanatos ticuna na região do Alto Rio Negro.					
Coordenação: FAPEAM			Início: 2004		Término: 2008
Execução: INPA - Dr. Fernando Cruz Frickmann					
Viabilização financeira: R\$ 51.259,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM	51.259,00	100	51.259,00	100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		51.259,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade visando atingir o mercado nacional e exterior com produto padronizado.					
A1.2 – Investir em pesquisa para o desenvolvimento da C&T de produção de novos produtos e incentivar a difusão, a valorização do artesão empreendedor, a inovação tecnológica e a regionalização;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação..					

III) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA SIMPLES SOLUÇÕES – PSS.					
Descrição: A ação visa divulgar o artesanato ticuna “Ngiã Tana Utchicunaägü Y Torü Cua”, Tabatinga.					
Coordenação: FAPEAM			Início: 2004		Término: 2008
Execução: Associação Yakino - Ana Claudia Freitas.					

Viabilização financeira: R\$ 5.985,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM	5.985,00	100	5.985,00	100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		5.985,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade visando atingir o mercado nacional e exterior com produto padronizado.					
A1.2 – Investir em pesquisa para o desenvolvimento da C&T de produção de novos produtos e incentivar a difusão, a valorização do artesão empreendedor, a inovação tecnológica e a regionalização;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IV) DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – DRS.					
Descrição: Trata-se de um Protocolo de intenções assinado entre o Banco do Brasil e o Governo do Amazonas, que tem por objetivo a convergência de esforços entre os parceiros, com vistas à disseminação e à implementação de ações que promovam o desenvolvimento regional sustentável.					
Coordenação: Banco do Brasil		Início: janeiro/2008		Término: dezembro/2013	
Execução: Banco do Brasil					
Viabilização financeira: R\$ 489.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	Governo do Amazonas	-	0	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	Banco do Brasil	489.000,00	100	489.000,00	100
TOTAL R\$		489.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.4 - Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

7.1. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO, COMUM AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS

I) PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO A PESQUISA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – PAPPE SUBVENÇÃO/FINEP AMAZONAS.					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: FINEP/SECT/FAPEAM/SEPLAN/AFEAM/SEBRAE-AM/IEL/IDAM					
Viabilização financeira: R\$ 6.000.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPLAN	1.000.000,00	25		25
	FAPEAM	1.000.000,00	25		25
	SECT, SEBRAE, AFEAM, IEL, IDAM				
Federais / GTP APL	FINEP	4.000.000,00	50		50
TOTAL R\$		6.000.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

II) PROGRAMA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PIT.					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 2.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM, SECT	2.500.000,00	100		100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		2.500.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

III) PROGRAMA DE APOIO A INCUBADORAS – INCUBADORAS/AM.					
Descrição: Apoiar empreendimentos para criação ou continuidade de novos negócios, ou ainda, braços de P&D de pequenas e médias empresas, que tenham interesse em desenvolver produto ou serviços em incubadoras.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 1.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM, SECT	1.500.000,00	100		100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		1.500.000,00			
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IV) PROJETO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 1.562.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	1.562.000,00	100	1.562.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		1.562.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 – Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada. A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos e produtos para agregação de valor aos produtos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

V) DISSEMINANDO A CULTURA DA COOPERAÇÃO.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 800.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	800.000,00	100	800.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		800.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produtividade.					
A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do APL;					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

VI) A GENTE SABE A GENTE FAZ.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 150.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	150.000,00	100	150.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		150.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produtividade.					

A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do APL;
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo.
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.

VII) EXPANSÃO DAS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO EMPRESARIAL.

Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.

Coordenação: SEBRAE **Início:** 2008 **Término:** 2010

Execução: SEBRAE

Viabilização financeira: R\$ 250.000,00

Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	200.000,00			
Estaduais		50.000,00			
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		250.000,00	100		

Ação relacionada ao resultado nº: R3 – Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada.

A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos e produtos para agregação de valor aos produtos.

Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.

VIII) IMPLANTAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS.

Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.

Coordenação: SEBRAE **Início:** 2008 **Término:** 2010

Execução: SEBRAE

Viabilização financeira: R\$ 40.000,00

Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	40.000,00	100	40.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		40.000,00	100		

Ação relacionada ao resultado nº: R2 – Difusão do associativismo e cooperativismo.

A2.1 – Identificar a concentração de empreendimentos nos municípios trabalhados;

A2.2 – Reunir os empreendimentos para a constituição de cooperativas.

Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.

IX) ESTUDO DIAGNÓSTICO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO ESTADO DO AMAZONAS.					
Descrição: Atualização de informações sobre os APL's do Estado					
Coordenação: Aguiar Vasconcelos Simões – NGTC		Início: nov/2006		Término: maio/2008	
Execução: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada - NGTC SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 18.408,35					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FEPI, SEMED	-	-	-	
Estaduais	SECT, FAPEAM, UEA	18.408,35	100	18.408,35	100
Federais / GTP APL	UFAM, EAFM	-			
TOTAL R\$		18.408,35			
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

X) REALIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada – NGTC		Início: 20/09/06		Término: 21/09/06	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 52.086,88					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	UEA, FUCAPI	-	-	-	
Estaduais	FAPEAM, SECT, SEPROR	52.086,88	100	-	100
Federais / GTP APL	SUFRAMA, INPA, EMBRAPA	-			
TOTAL R\$		52.086,88			100
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					

Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.

8. AÇÕES PREVISTAS

8.1. PRIORITÁRIAS

I) PROGRAMA DO ARTESANATO DO AMAZONAS: MAPEAMENTO, CAPACITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA.					
Descrição: Promover ações educativas, para o segmento do artesanato indígena e regional, como forma concreta de geração de renda, melhoria da qualidade de vida, preservando a identidade cultural de seus executantes, bem como a sobrevivência e valorização do setor, além de prover cadeias produtivas de informações básicas para melhor organização e aquisição de instrumental necessário para otimização da produção, alinhadas à sustentabilidade ambiental.					
Coordenação: SETRAB		Início: 2009		Término:	
Execução: SETRAB					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SETRAB				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em pesquisa para o desenvolvimento da C&T de produção de novos produtos e incentivar a difusão, a valorização do artesão empreendedor, a inovação tecnológica e a regionalização;					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de beneficiamento, produção e qualificação.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

II) PROGRAMA ETNODESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS					
Descrição: Visa beneficiar as comunidades indígenas por meio da ação “Valorização e Organização do Artesanato”.					
Coordenação: FEPI		Início:		Término:	
Execução: FEPI					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FEPI	1.116.642,00	100	1.116.642,00	100
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 – Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, produção, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos					

produtos.
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.

8.2 COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS

I) SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO NÚCLEO ESTADUAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO AMAZONAS – NEAPL/AM.					
Descrição: Esta ferramenta tem por objetivo, cadastrar as Sociedades Empresárias que compõem os APL's selecionados pelo NEAPL, unificando as informações em âmbito Estadual e visando gerar informações que subsidiarão a definição de políticas públicas e o planejamento de ações de fomento para os setores.					
Coordenação: SEPLAN/NEAPL/DDR		Início: 2009		Término: 2010	
Execução: NEAPL/AM					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPLAN,PRODAM				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.2 – Realizar cursos de capacitação da mão-de-obra realizada por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos produtos..					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

II) REALIZAÇÃO DO II SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: Integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: SECT/AM e NEAPL/AM		Início: 2009		Término: 2009	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A metodologia proposta prevê atividades de processamento industrial, transferência de tecnologia, entre outros. O desenvolvimento implicará num processo de transformação social, econômico e cultural, em que os beneficiários irão tornar-se sujeitos dinâmicos no processo. Esta transformação deverá ser obtida pelo conhecimento destes sobre a sua realidade e pela sua inserção em formas inovadoras de organização que favorecerão a participação no sentido de obter níveis de vida condizentes com as exigências da sua natureza.

A participação dos pequenos produtores significa o rompimento das relações de dependência para recuperar a capacidade em transformar suas realidades, compartilhando-se o poder e estabelecendo-se parcerias (Ingles *et al.*, 1999). Para tanto, os diferentes atores sociais envolvidos no processo interagem e dialogam em encontros de interface (Long, 1989). As relações entre os agentes serão processadas mediante um caráter de dialogicidade, onde os conhecimentos e experiências dos elementos contidos no processo deverão ser considerados a partir do respeito e esforço de compreensão dos valores dados e existentes na cultura popular enquanto referência das ações.

Para tal, deverá ocorrer a compreensão dos mecanismos geradores dos problemas para superar as causas reais dos mesmos (consciência crítica) e não somente a identificação dos problemas e carências no sentido de propor soluções locais e viáveis (consciência programa). Desta maneira, a participação é um processo que envolve a conscientização para criar canais de articulação dos problemas locais com as condições estruturais, além das ações imediatas para melhoria das condições locais.

Como estratégia metodológica da intervenção, optou-se pela abordagem sistêmica devido à existência de interdependências entre os componentes que participam do segmento. A base conceitual da abordagem sistêmica a ser utilizada (Morin, 1998) tem em seu conteúdo fundamental os conceitos de sistema, interações e organização do sistema.

Desta forma, com esta aliança, envolvendo as instituições parceiras, espera-se consolidar e disseminar o arranjo produtivo, de modo técnico, com a adoção de metodologias adequadas, para atendimento do mercado demandante regional, nacional e internacional, culminando com o resgate, através da inserção sócio-econômica, da dignidade do produtor do

interior. Assim, este plano representa um compromisso firmado entre os parceiros locais que culmine com o desenvolvimento sustentável do APL em referência.

"Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"

(C.F. cap.6, art.225)

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma articulação estreita entre os protagonistas foi o critério utilizado para estabelecer as parcerias, focalizando como primordial para o sucesso do plano, distribuir as atividades entre as instituições com maior experiência na área enfocada. Desta forma, será feito um acompanhamento integral e continuado de cada ação quanto à gestão de seus recursos, de seus cronogramas, e da manutenção das informações atualizadas. Ainda, deverá ocorrer o envolvimento direto dos beneficiários da atividade em todas as fases do plano, transferindo desta forma aos participantes todas as informações necessárias à condução da atividade, formando, desse modo, agentes multiplicadores.

Assim, todas as instituições envolvidas deverão acompanhar as ações de natureza geral, como, o acompanhamento das criações, a formação de recursos humanos, a transferência de tecnologia, entre outros. Deverá ser dada prioridade ao acompanhamento de todos os aspectos relacionados com o APL, envolvendo a produção a partir da pesca e da piscicultura de espécies comestíveis a serem beneficiadas nos frigoríficos. Desta ação deverão decorrer todas as demais relativas ao controle e avaliação sistemática, com vista à correção das distorções.

Portanto, o acompanhamento da execução deste plano exigirá o apoio de todos os envolvidos, proporcionando as inversões físicas e humanas, aliadas da classe empresarial/empreendedores, que, com recursos reembolsáveis ou não, poderá destinar investimentos para a melhoria do segmento.

O acompanhamento e a avaliação serão conduzidos por intermédio dos seguintes meios de verificação:

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.

A1.1 – Institutos de pesquisa - tecnologia disponível;

A1.2 – Pesquisa de mercado;

A1.3 – Número de certificados expedidos;

A1.4 – Indicadores oficiais (SUFRAMA, IBGE, etc).

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo.

A2.1 – Pesquisa do IDAM, SEBRAE, CBA;

A2.2 – Tabulação de questionários e registro em cartório;

A2.3 – Lista de participantes nos fóruns;

A2.4 – Levantamento junto aos parceiros do APL.

R3 - Infra-estrutura adequada e qualificação profissional.

A3.1 – Sistema de currículo Lattes (CNPQ) ou similar;

A3.2 – Certificados expedidos;

A3.3 – Levantamento de empresas certificadas (APPCC);

A3.4 – Levantamento no mercado financeiro – Bancos oficiais e privados.

R4- Sistema logístico adequado.

A4.1 – Levantamentos das secretarias (SDS, SEPROR, etc) ou outros (SUFRAMA);

A4.2 – Dados do MRE/MDIC;

A4.3 – Administração de Portos/DNER;

A4.4 – SISCOMEX/Receita Federal.

R5 - Legalizações e Licenças.

A5.1 – FIEAM, CIEAM, CIDE;

A5.2 - INPI, FIEAM, IPEM;

A5.3 – SEPLAN, IBGE, MDIC.

Ao lado deste plano, sumariamente descrito, seria oportuno dispor de um plano de viabilidade para a criação de um organismo de certificação de produto no Estado do

Amazonas, que opere em conformidade com a Guia ISO/IEC 65/1996 no agroalimentar e agroindústria. Tendo já operado em outras realidades, os parceiros deste plano poderiam fornecer consultoria para projetos específicos e assistência até o star-up operacional do organismo. Caso exista, formular o pedido de credenciamento do novo organismo à Organização Brasileira de Credenciamento.

REFERÊNCIAS

CASTRO. A. M. G. de. *Cadeia Produtiva e Prospecção Tecnológica como Ferramentas para a Gestão da Competitividade*.

Lima da Costa, Marcondes et al :
Ouro Preto - Oct/Dec 2006, pp.367-371, 271Ko.

, *Rev. Esc. Minas*, vol.59 n°4,

ProNaturaleza y Amazon Ivory EIRL:

, Comité de Manejo de
Palmeras de Veinte de Enero (COMAPA - Veinte de Enero), 2005, 61p., 3.39Mo.

Rengifo G. e Sanabria Vizcarra, P: *Manejo y Transformación de yarina o marfil vegetal (Phytelephas macrocarpa)*, Lima: ITDG LA, 2001, 20p., ilus.(manual).

Ruiz, Rocio C. et al: *Manual de Procedimentos Técnicos para o Manejo Comunitário de Jarina*, Rio Branco: CTA, 2005 (no prelo).

Ruiz, Rocio C. et al: *Manual de Procedimentos Técnicos para confecção de Escultura de Jarina*, Rio Branco: CTA, 2005 (no prelo).

Spittler Patrick:

Programa “Manejo de los territorios de las Comunidades Nativas Aguaruna del Alto Mayo”,
PEAM/KfW/GTZ/DED, Moyobamba, 2002, 12 p., 583Ko.

Vidal Gerusa e Boufleuer Neusa:

, Governo do Acre, Biblioteca
da Floresta Marina Silva, 12p., 1.336Ko

ANEXOS

MUNICÍPIO DE TABATINGA



Criado pela Emenda Constitucional nº.12, de 10 de dezembro de 1981, Tabatinga está situado a Oeste do Estado do Amazonas. A sede do município situa-se a 63m de altitude e está localizada à margem esquerda do Rio Solimões. É constituído pelo Distrito de Tabatinga e 51 comunidades rurais (14 ribeirinhas e 37 indígenas) tem os seus limites assim definidos:

Norte: Sto. Antônio do Içá e S. Paulo de Olivença	Sul: Município de Benjamin Constant;
Leste: República da Colômbia	Oeste: São Paulo de Olivença

Através do Decreto de 05 de janeiro de 1996, foi homologada a demarcação da terra indígena EVARÉ I, com a superfície de 548.177,0h e perímetro de 448,0 km, abrangendo áreas dos municípios de Tabatinga, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

O clima característico é do tipo quente e úmido (tropical), apresentando temperatura máxima de 32°C e mínima de 25°C. O relevo é composto por terreno semiplano e solo de natureza argilosa, com baixo índice de permeabilidade.

O comércio é um dos pontos fortes da sede do município de Tabatinga, motivado e incrementado que foi pela criação da Área de Livre Comércio de Tabatinga. Além disso, pela infra-estrutura aeroportuária, por ser sede do CF SOL - Comando de Fronteira do Solimões e da Delegacia da Capitania dos Portos, por sediar as mais importantes instituições administrativas - estaduais e federais -, por concentrar as principais agências creditícias da

região e por sediar a Diocese do Alto Solimões, Tabatinga qualifica-se como um município de importância estratégica e, ao mesmo tempo, como porta de entrada e de saída da fronteira brasileira com os demais países localizados na porção oeste da Amazônia Continental.

As atividades comerciais e de serviços assim com a pesca e a agricultura, apresentam-se como as bases da economia do município.

Comércio e serviços - constituem as principais fontes de renda e absorvem o maior contingente de mão-de-obra local. Mesmo assim, apesar de Tabatinga contar com uma Área de Livre Comércio - ALC, o dinamismo sócio-econômico da cidade é superado, em muito, pelo da fronteira cidade de Letícia (Colômbia), que carrega e lidera as atividades comerciais e turísticas da Região.

Pesca - constitui a principal atividade econômica. A produção de pescado é comercializada no mercado e nas feiras da cidade, além da exportação para a Colômbia, através de Letícia, não existindo controle da comercialização local e da exportação. Ao longo dos municípios da calha do Alto Solimões existem inúmeros frigoríficos particulares (de brasileiros, de peruanos e de colombianos) que auxiliam os pescadores com canoas, redes, motores de popa, combustível e outros apetrechos de pesca, garantindo, com isso, a produção de peixe liso para exportação.

Agricultura - representa a base de sustentação econômica e alimentar das populações da zona rural do município, com destaque para as culturas de várzea.

Pecuária - é pouco desenvolvida sendo representada pela bovinocultura, avicultura e suinocultura, para consumo local.

Indústria - as indústrias representam investimentos tradicionais com o aproveitamento e processamento de matéria-prima local, a exemplo de artefatos de madeiras, olarias e extração de seixo e areia.

Turismo - como fonte econômica começa a desenvolver-se lentamente. Na região de fronteira entre Tabatinga e Letícia, registra-se uma média anual de 10.000 turistas.

Área		3.225,1	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	1.607	km	(IBGE)
	Aérea:	1105	km	(IBGE)
População	Urbana:	26.637	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	11.282	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	37.919	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		42.652	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		11,76	hab/ km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		3,34		(IBGE/2000)

IDH	0,699		(IPEA/2000)
Classificação IDH	3003		(IPEA/2000)
Educação Básica	Urbana	11.121	alunos (SEDUC/2003)
	Rural	5.334	alunos (SEDUC/2003)
Número total de escolas	64		(SEDUC/2003)
Ensino Superior	732	alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores	17.636		(TRE/2004)
Número de leitos – total	45		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas	735		Junta Comercial /AM - 2005
Produto Interno Bruto - PIB	96,44	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita	2.386,62	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Mandioca, banana, abacaxi, castanha-da-amazônia, pescado, bovinos, suínos, aves, ovos de galinha		
Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:	6000	dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	COSAMA – Cia. de Saneamento do Amazonas		
Volume Produzido	140	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	140	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	410	m³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	3.428	und.	(Levantamento de campo/2003)
Déficit Urbano	65,00	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	não há		(Levantamento de campo/2003)

DATAS FESTIVAS	DATA
Festival do Boi	Junho
Festa dos Santos Anjos: Miguel, Rafael e Gabriel	29 de setembro
Festival da Canção de Tabatinga - FINCATA	Novembro

Vinte anos de emancipação política, trouxeram a cidade desenvolvimento e progresso, quer no campo estrutural quer no campo social, assim como outras conquistas sócio-culturais, mas nem por isso podemos desprezar a rica história que nos antecede.

Sucessores da próspera nação omagua que habitou originalmente este território. Vários cronistas do século XVI e XVII informam em seus relatos a riqueza e abundância aqui existente, no período pré-colonial. Por conta da insanidade explorativa do conquistador restam apenas os registros destes habitantes, senhores da várzea do Gran Aparia, que compreendida a área do Napo a foz do Jandiatuba.

Durante a união ibérica a chegada dos franciscanos espanhóis Domingos de Brieva e Andrés de Toledo a Belém em uma canoa vindos de Quito, alertou o governo português do Grão-Pará sobre a presença espanhola na Amazônia, fato preponderante para determinar a execução da expedição de Pedro Teixeira, em 1637 que tomou posse dessas terras em nome da coroa portuguesa. Posse esta ratificada em 28 de julho de 1866 pela Comissão de Limites.

Posteriormente, o próprio Mal Rondon, ícone do Exército Brasileiro inaugura o marco divisório na margem do Igarapé Santo Antonio, linha divisória Brasil/Colômbia.

Para evitar as constantes invasões castelhanas ao território luso, foram erigidos diversos fortes entre eles o de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado em 1776 pelo Sargento-Mor Domingos Franco, ao lado de uma aldeia fundada por Jesuítas, provavelmente em 1710, segundo registrou Antonio Porro em “As crônicas do Rio Amazonas”. Esta fortificação dura até 1932 quando as águas do Rio Solimões destroem este aquartelamento. E o Forte, portanto, o primeiro marco da presença luso/brasileira neste sítio e origem da atual cidade de Tabatinga.

Desde seus primórdios, a ocupação humana em Tabatinga (civil e militar) tem assumido o importante papel de controle e defesa do território brasileiro, particularmente, pela sua localização estratégica. Por isso, em 20 de abril de 1967 é criada a Colônia Militar de Tabatinga, com a finalidade de “nacionalizar as fronteiras do País; criar e fixar núcleos de população; promover o desenvolvimento e manter a segurança da área pela vigilância permanente”.

A presença missionária também é antiga e, sabe-se que, em Tabatinga, desde o ano de 1873, havia uma igreja de alvenaria, junto ao Forte, dedicada a São Francisco Xavier. Os missionários mantinham uma ótima relação com os oficiais e praças daquele Pelotão Independente, várias vezes ao ano, ali estavam para dar assistência religiosa aos militares e civis. A capela de Nossa Senhora de Nazaré foi construída pelo Revmo. Pe. Frei Silvestre de Pontepattoli juntamente com os militares, quase todos paraenses e devotas de Nossa Senhora... Monsenhor Tomas e Frei Silvestre, acalentavam a idéia da construção de uma capela dedicada aos Santos Anjos no marco brasileiro e, em 1949 o Revmo. Pe. Frei Felipe a construiu a margem esquerda do Rio Solimões.

Tabatinga e Benjamin Constant originalmente estavam integrados ao Município de São Paulo de Olivença e com a criação do Município de Benjamin Constant, Tabatinga passou a pertencer administrativamente, como subdistrito, a Benjamin até 10 de dezembro de

1981, quando então passou a condição de município, que foi instalado em 1º de fevereiro de 1983.

Contar a trajetória dos 22 anos de emancipação é falar sobre a conquista e sonhos realizados, sobre expansão populacional, sobre o fortalecimento das instituições, sobre a instalação definitiva do Ensino Superior e sobre tudo a visão de um futuro mais promissor com a criação do Território Alto Solimões.

MUNICÍPIO DE PARINTINS



Situado a 420 km a leste da cidade de Manaus por via fluvial, na margem direita do rio Amazonas, no arquipélago das ilhas Tupinambaranas, banhadas também pelo Paraná do Ramos,  considerado o centro sub-regional do Baixo Amazonas. Diariamente, barcos regionais (transporte mais usado pela populao local), com capacidade média para 200 passageiros acomodados em redes, camarotes e suítes, aportam no cais flutuante procedentes de Manaus (18h descendo e 25h subindo o Rio Amazonas).

Estando a 50 metros acima do nível do mar; seu clima  quente e úmido, com temperaturas mdias de 35 C e a umidade relativa do ar chega a 85%. Inverno de dezembro a maio e verão de junho a novembro. Possui vegetao tpica da Amazônia, composta por mata de várzea e de terra firme, com uma pequena serra (serra de Parintins – 152m) que faz divisão entre o Amazonas e o Pará.

Por suas riquezas naturais e culturais e sua posio geográfica, vem se consagrando como ponto de parada de navios que se dirige a Belém ou a Manaus. Apresenta boas possibilidades econmicas, destacando-se a pecuária de corte e leiteira (bovina e bufalino) e as produoes de mandioca, melancia, milho, cana-de-aucar, feijão, frutas regionais e cítricas,

acrescenta-se também as produções de pau-rosa, borracha, castanha, puxuri, copaíba e madeira no extrativismo.

Pecuária – é a atividade de maior peso 75% no setor primário. Com a criação de bovinos, vindos a seguir suínos. A produção de carne e de leite destina-se ao consumo local e exportação para outros municípios.

Agricultura – junto com a pecuária, completa a formação dos 25%. Culturas temporárias: mandioca, arroz, feijão, milho, batata doce, fumo. Culturas permanentes: café, pimenta-do-reino, abacaxi, melão, melancia, abacate, coco, caju, laranja, limão e tangerina.

Avicultura – restrita ao criatório de galinhas, perus, patos, gansos, marrecos, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

Pesca – um dos principais entrepostos de pesca no estado, tanto para consumo local, como para exportação para outros municípios.

Extrativismo – borracha, madeira, cumaru, óleo de copaíba e puxiri.

Indústrias – esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, juta, beneficiamento do arroz, moinho de café, estaleiros, serrarias, olarias, serviço de utilidade pública (energia).

Setor Terciário – hotéis, restaurantes, comércio, boates, bancos, turismo.

Hoje, como maior centro urbano depois da Capital, Parintins se desenvolve, enaltecendo seus grandes artistas (poetas, artesãos, pintores...), que através das reminiscências da época indígena, ajudam a construir um futuro em harmonia. No mês de junho, de 24 a 30, ocorre o Festival folclórico de Parintins, palco da maior manifestação cultural do Norte do Brasil, com uma belíssima apresentação dos Bois-Bumbás Caprichoso e Garantido. Em Julho, acontece a Festa de Nossa Senhora do Carmo, homenageando a padroeira do município.

Área		5.952,3	Km ²	
Distância/Manaus	Fluvial:	370	km	(IBGE)
	Aérea:	325	km	(IBGE)
População	Urbana:	58.125	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	32.025	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	90.150	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		105.002	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		15,15	Hab/ km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		3,79		(IBGE/2000)
IDH		0,696		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.053		(IBGE/2000)

Educação Básica	Urbana	28.791	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	9.635	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		192		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		1.842		(UEA/ UFAM/2002)
Eleitores		48.286		(TRE/2004)
Número de leitos – total		57		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.185		Junta Comercial /AM - 2005
Produto Interno Bruto - PIB		231,18	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.360,00	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Mandioca, banana, milho, cana-de-açúcar, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha			
Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)			
Número de domicílios:	10.803	Dom		(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos			
Volume Produzido	362	L/s		(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	0	L/s		(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	590	m ³		(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	14.512	Unid.		(SAAE -2002)
Déficit Urbano	10,94	%		(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	em obras			(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE MANACAPURU



Com uma área de 7.062 Km² e localizado à margem esquerda do Solimões, a apenas 80km de Manaus, é considerado o centro da sub-região do Rio Negro/Solimões. A sede do município é pequena, porém dotada de uma significativa infra-estrutura, cercada por paisagem, onde se encontram lagos, rios e fazendas.

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, formada pelas expressões Manacá (planta brasileira da família das *dicotiledôneas gamopítalas*, que em tupi significa Flor e Puru = matizado, ou seja, Flor Matizada).

Sua economia baseia-se na pecuária de corte e na agricultura, com produção de mandioca, maracujá, milho, melancia, cupuaçu, feijão e hortaliças, aproveitando as terras da várzea e terras mais altas:

Pecuária: criação de bovinos, suínos, eqüinos.

Agricultura: culturas temporárias; mandioca, malva, arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão, batata-doce, juta. culturas permanentes; abacaxi, abacate, banana, manga, laranja, limão.

Avicultura: restrita ao criatório de galinhas, patos e perus, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

Pesca: com órgão representativo da classe a Colônia Z-9. Peixes: tambaqui, jaraqui, tucunaré, dourado, etc. A produção destina-se ao consumo local e da capital.

Piscicultura: existem vários viveiros de peixes, com grande quantidade de alevinos.

Extrativismo vegetal: concentra-se principalmente na borracha, madeira, gomas não elásticas, castanha, óleo de copaíba.

Indústrias: extração de minerais, produção de minerais não metálicos, metalurgia, material elétrico e de comunicação, material de transporte, madeireira, mobiliário, borracha, perfumaria, sabões e velas, têxtil, produtos alimentares, editorial e gráfica, serviços de utilidade pública (energia).

Setor Terciário: Hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas, bancos, prestação de serviço, turismo.

O município realiza a Festa de São Pedro do Miriti, Festa de Santo Antônio, Festival da Ciranda, o aniversário (16/07) e o carnaval de rua.

Área		7.329,2	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	88	Km	(IBGE)
	Aérea:	70	Km	(IBGE)
	Terrestre	84,00	Km	(IBGE)
População	Urbana:	47.662	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	26.033	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	73.695	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		81.518	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		10,05	Hab/km ²	(IBGE/2000)

Taxa de crescimento		3,16		(IBGE/2000)
IDH		0,663		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.555		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	20.402	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	9.231	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		191		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		937	Alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		45.443		(TRE/2004)
Número de leitos – total		54		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.077		Junta Comercial /AM – 2005
Produto Interno Bruto – PIB		187,70	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.412,34	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos		Mandioca, malva, juta, milho, pescado, bovino, suíno, ovinos, aves e ovos de galinha		
Programas Institucionais		SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:		8.835	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água		COSAMA		
Volume Produzido		150	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento		150	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação		1.390	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações		3.191	Unid.	SAAE
Déficit Urbano		28,00	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto		não há		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO



O município de Presidente Figueiredo, assim denominado em homenagem ao primeiro presidente da Província do Estado do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, foi criado em 10 de dezembro de 1981. Suas origens se prendem principalmente a Novo Airão e Itapiranga, dos quais foi desmembrada a maior parte do território, bem como a Manaus, cuja vizinhança foi fator influente no desenvolvimento da região, pois é cortado, no

sentido Sul-Norte, pela Rodovia Federal BR-174 (Manaus/AM – Boa Vista/RR), rodovia que está totalmente pavimentada com boas condições de tráfego.

O Bioma Amazônia, que abriga a maior floresta do mundo, também insere um módulo continental de incomparáveis monumentos cênicos; esta região localiza-se no município de Presidente Figueiredo.

De acordo com estudos científicos, cerca de 3.000 km², estão assentados sobre rochas areníticas de origem marinha, daí o reconhecimento como “Amazônia marinha”, responsável pela formação de dezenas de cachoeiras, corredeiras, cavernas e grutas. O relacionamento Homem/ Natureza foi tão expressivo na região que é possível encontrar sítios arqueológicos de mais de 2000 anos.

Seus aspectos sócio-econômicos baseiam-se principalmente na exploração mineral, extrativismo e turismo com uma forte tendência a exploração racional dos recursos naturais.

Pecuária: Criação de bovinos, caprinos, eqüinos, e suínos.

Agricultura: Culturas Temporárias – mandioca, macaxeira, arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar. Culturas Permanentes – abacaxi, melancia, abacate, banana, laranja, mamão, cupuaçu, pupunha.

Avicultura: Restrita ao criatório de galinhas, para consumo familiar.

Pesca: Concentra-se na Vila de Balbina, no grande lago que a hidrelétrica formou e no próprio rio Uatumã. Criação de alevinos em açudes. Existe colônia de pescadores que se dedicam à pesca do tucunaré.

Extrativismo Vegetal: Extração de Madeira;

Extrativismo Mineral: pedras, minérios de cassiterita e estanho;

Reservas Minerais: columbita, tantalita, criolita e ziconita.

Indústrias: serrarias, guaraná, destilaria, álcool e aguardente. Gelo e serviços de utilidades públicas (energia).

Setor Terciário: Hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas, banco, prestação de serviços, turismo.

Observa-se que a população tem uma tendência mais rural que urbana, pois são mais de 30 (trinta) comunidades distribuídas ao longo das rodovias BR-174 e AM-240, com uma carência por equipamentos públicos comunitários, do tipo: escolas, sistemas de tratamento de água e esgoto, ou seja, infra-estrutura básica. Outra carência é a oferta de emprego e geração

de renda, decorrentes de uma falta de interação dos setores primários, secundários e terciários existentes no município.

Área		25.422,2	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	-	Km	(IBGE)
	Aérea:	107	km	(IBGE)
População	Urbana:	8.407	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	8.987	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	17.394	Hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		22.273	Hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		0,88	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		11,21		(IBGE/2000)
IDH		0,741		(IPEA/2000)
Classificação IDH		2123		(IPEA/2000)
Educação Básica	Urbana	4.872	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	4.077	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		40		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		195		(UEA/ UFAM/2002)
Eleitores		13.601		(TRE/2004)
Número de leitos – total		28		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		709		Junta Comercial /AM – 2005
Produto Interno Bruto - PIB		52,87	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.648,73	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos		Cana-de-açúcar, laranja, coco, milho, banana, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha		
Programas Institucionais		SEBRAE-AM (DLIS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:		2.270	dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água		SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		
Volume Produzido		29,5	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento		29,5	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação		300	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações		1.600	Unid.	(Levantamento de campo/2003)
Déficit Sede		17,09	%	(Levantamento de campo/2003)
Sistema de esgoto		Parcial		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE MAUÉS

O nome provém do rio que banha o município e a cuja margem fica a cidade. Ao rio, por sua vez emprestou o nome a famosa tribo dos Maués, primitivos habitantes da região.

Com uma área de 39.675 Km quadrado e distante de Manaus a 356 km a leste, por via fluvial, este município tornou-se conhecido pela exuberância de suas praias extensas e alvas e

especialmente por ter se tornado o centro nacional da produção de guaraná, maior fonte de renda do município. Produz também melancia, mandioca, arroz, batata doce, feijão, milho, frutas tropicas, entre outras culturas.

No extrativismo destacam-se a essência de pau-rosa, a borracha, castanha, cumaru, copaíba e madeira, os quais exporta pelo seu porto, mantendo um comércio com os municípios limítrofes de Barreirinha, Itacoatiara e Parintins, no Amazonas, Itaituba e Juruti, no Pará, além de negócios com Manaus e cidades no Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro).

O povoamento de Mundurucânia, região compreendida entre os rios Madeira e Amazonas, iniciou-se na segunda metade do século XVIII. Os índios Mundurucus, habitantes primitivos da região, constituíram então sério obstáculo ao desenvolvimento da população civilizada. Eram índole belicosa e tinham costumes bárbaros. Inimigos irreconciliáveis dos também terríveis índios Muras. O povoamento de Luséa foi fundado em 1798 , os índios, todavia, chamavam-na “Uacituba”. A povoação em 1832 foi “teatro de barbaridades praticadas pelos índios Maués que em seu furor assassinaram diversos indivíduos”. Os índios dirigidos pelo tuchaua Manoel Marques, convencidos de que planejavam escravizá-los, mataram o destacamento local composto de trinta(30) soldados e os moradores brancos que lhe caíram às mãos. Em 1833, por força do Ato de 25 de junho daquele ano, a povoação de Luséa foi elevada á categoria de vila. Data conseqüentemente daí a criação do município e do termo judiciário. Por ocasião da cabanagem, a vila de Luséa foi cenário de sangrenta luta entre as forças compostas pelos “Cabanos” de um lado e “Legalistas” de outro. Em 1835, os Cabanos dominavam o Baixo Amazonas, tendo Icuipiranga como uma espécie de centro de operações. Investiram sobre Luséa e Serpa (atual Itacoatiara), vencendo-as sem resistência. De Lusés fizeram então o seu principal reduto onde se mantiveram entrincheirados, resistindo a vários ataques. Daí os escorraçou Ambrósio Aires, conhecido por “Bararó”, que já vinha se distinguindo pela sua bravura nos combates travados com os cabanos. Finalmente, com a decretação da anistia geral, os cabanos se renderam. Em Luséa, a 25 de março de 1840,, oitocentos e oitenta cabanos depuseram as armas. Ao criar-se a província do Amazonas, em 1850, era Luséa um dos quatro municípios então existentes. Os outros eram Manaus, Barcelos e Tefé. O de Parintins, embora já criado, ainda não havia sido instalado.

Do vasto território do município de Luséa desmembrou-se em 1853, o município de vila bela da Imperatriz (atual Parintins) criado pela lei n. 146, de 24 de outubro de 1848, da Província do Pará, confirmada pela Lei ou resolução n. 2, de 15 de outubro de 1852, da Província do Amazonas. Das vilas existentes na província em 1856, era, sem dúvida, Luséa das mais desenvolvidas. Pela Lei n. 151, de 11 de setembro de 1865, a sede do município de Luséa passou a denominar-se vila da Conceição. O município e o termo judiciário conservaram a antiga denominação. Em 1892, o município e a respectiva sede passaram a denominar-se maués, por força da lei n.35, de 4 de novembro do mesmo ano. Em 1955, o município de maués perdeu parte do seu território para o município de Nova Olinda do Norte, criado pela lei estadual n. 96, de 19 de setembro daquele ano. Até 1957 o município era constituído de um só distrito.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

- 1991 e 2000

População	1991	2000
Urbana	16.658	21.179
Rural	13.841	18.857
Total	30.499	40.036

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	ANOS	
	1991	2000
Educação	0,698	0,812
Longevidade	0,660	0,721
Renda	0,589	0,535
Municipal	0,649	0,689

DATAS FESTIVAS	DATA
Aniversário de Maués	24 e 25 junho
Festa do Divino Espírito Santo	31 de maio à 08. de junho
Festival Folclórico da Ilha de Vera Cruz	11 á 13 de jul
Festival de Verão de Maués	04 à 06 de junho

Festa do Guaraná (festeja a maior produção)	Novembro
Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição	08 de dezembro